

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Notícias Gerais.

Período de Análise: 01/10/2016 a 31/10/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio Eletrônico da CPT
Sítio Eletrônico da CONAB
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice:

RORAIMA: Projetos do PAA destinarão 190 t de alimentos a comunidades carentes. Site da CONAB, 04/10/2016	4
Novos leilões de venda de café ocorrem esta semana. Site da CONAB, 04/10/2016 ..	4
Indenizações pagas por seguradoras batem recorde após quebra de safra. – Jornal Folha de São Paulo. 05/10/2016	5
Leilões de venda de arroz acontecem nesta sexta-feira (7). Site da CONAB, 06/10/2016.....	7
Brasil deve colher entre 210,5 e 214,8 milhões de toneladas para safra 2016/2017. Site da CONAB, 06/10/2016	7
Parceria busca melhorar a qualidade do leite produzido por agricultores familiares no RJ. Site do MAPA, 10/10/2016.	8
Encontro Regional sobre Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra, a Pesca e os Bosques, em Santiago, Chile. site da CONTAG, 11/10/2016..	9
CONTAG e CONTAR em audiência com o Ministro do Trabalho. Barack Fernandes. Site da CONTAG, 11/10/2016	10
Conab ofertará mais 5,7 mil t de café em mais dois leilões. Site da CONAB, 13/10/2016.....	11
Assalariados e assalariadas rurais da Zona da Mata de Pernambuco conquistam salário de R\$ 944,00. Site da CONTAG, 14/10/2016.....	12
Assentado de São Miguel das Missões (RS) investe em plantio de alface e repolho. INCRA, 14/10/2016.....	14
Secretário assassinado em Altamira estava ameaçado de morte. André Borges e Rafael Pezzo. O Estado de São Paulo, 14/10/2016.	15
Economista ligado a ruralistas deve assumir direção da Fundação Florestal. Giovana Girardi. O Estado de São Paulo, 15/10/2016.....	16
Economista ligado a ruralistas deve assumir direção da Fundação Florestal. Giovana Girardi – Jornal O Estado de São Paulo. 15/10/2016	17
Análise encontra presença irregular de agrotóxico em merenda escolar do Rio. Mariana Alvim – Jornal O Globo. 17/10/2016.....	19
Encontro Nacional debate os cenários, visões e desafios da Política Agrária no Brasil. Verônica Tozzi. Site da CONTAG, 17/10/2016.....	22
Incra prepara retomada de assistência técnica em assentamentos cearenses. Site do INCRA, 17/10/2016.....	24
Ato na FAO/Brasil destaca papel da agricultura familiar na produção de alimentos. Verônica Tozzi. Site da CONTAG, 18/10/2016.....	25
Vigília reúne cerca de 700 pessoas em nove cidades goianas. Maisa Lima. Site do MST, 19/10/2016.....	26

Em Haia, Tribunal internacional faz 'julgamento moral' da multinacional Monsanto. Site do MST, 20/10/2016	26
Comissão Mista de Orçamento aprova emenda de R\$ 108,5 milhões para o Incra. INCRA, 20/10/2016.....	28
Alckmin confirma economista ligado a ruralistas como diretor da Fundação Florestal. Giovana Giradi. O Estado de São Paulo, 20/10/2016.	28
Mercado adquire 5,7 mil t de café dos estoques públicos. Site da CONAB, 21/10/2016	30
‘Recuperar Rio Doce pode alavancar agenda nacional de restauração’. Giovana Giradi. O Estado de São Paulo, 24/10/2016.	30
Incra convoca agricultores para regularizar situação em assentamento da regional do DF e Entorno. Site do INCRA, 25/10/2016.....	34
Pobreza rural atinge 60 milhões de pessoas na América Latina, diz OIT. Site do MST, 30/10/2016	34

RORAIMA: Projetos do PAA destinarão 190 t de alimentos a comunidades carentes. Site da CONAB, 04/10/2016

Famílias em condições de insegurança alimentar em Boa Vista receberão alimentos produzidos por agricultores familiares do estado. A ação faz parte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que assinou dois novos contratos com a Associação Agropecuária do Projeto de Assentamento Nova Amazônia Pollo II, no valor de R\$ 88 mil, e com a Associação de Agricultores Familiares do Polo I, Elifas Levi Filho, no valor de R\$ 448 mil.

Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), a Companhia adquire produtos da agricultura familiar e doa a instituições socioassistenciais previamente cadastradas. Nessa operação, foram assinados contratos para o fornecimento de produtos cultivados por trabalhadores da região adjacente à capital com benefícios diretos para 67 famílias de pequenos agricultores.

No total, serão destinadas 190,4 toneladas de alimentos como abóbora, alface, banana, bolo de macaxeira, cebolinha, coentro, couve, feijão, mamão, manga, maxixe, mel de abelha, melancia, milho verde, murici, rúcula e carne de frango, entre outros.

As doações ocorrerão ainda no mês de outubro e vão contemplar aproximadamente 500 pessoas atendidas pela Cooperativa de Empreendimentos Solidários de Boa Vista e outras 8 mil pessoas integrantes de grupos familiares cadastrados nas atividades sociais da Associação Grupo de Mães Anjos de Luz.

O objetivo é fortalecer a rede de distribuição de alimentos por meio da Compra com Doação Simultânea, uma das modalidades do PAA.

Novos leilões de venda de café ocorrem esta semana. Site da CONAB, 04/10/2016

Nesta quinta-feira (6), mais 3 mil toneladas de café serão colocadas a venda em dois leilões eletrônicos realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), detalhados nos avisos 180 e 181. O produto é do tipo arábica em grãos e está estocado em armazéns de São Paulo e Minas Gerais.

Estas ofertas regulares de café arábica estão previstas para ocorrer até o final do ano e fazem parte da estratégia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) em atuar na regulação do mercado interno, devido à elevação dos preços do produto. Técnicos da Companhia acompanham diariamente o comportamento do café no mercado.

Na última semana de setembro, a Conab vendeu 4,18 mil toneladas de café arábica oferecidas em outros três leilões, que aconteceram no dia 22/09. As operações arrecadaram mais de R\$ 31,73 milhões. O produto pertence aos estoques do programa de Contrato de Opção do governo federal.

Os interessados em participar dessas operações devem estar em situação regular no Sistema de Registro e Controle de Inadimplentes da Conab (Sircoi), entre outras exigências detalhadas nos editais.

Indenizações pagas por seguradoras batem recorde após quebra de safra. – Jornal Folha de São Paulo. 05/10/2016

Seguradoras pagaram cerca de R\$ 1,1 bilhão em indenizações devido a perdas de produtividade por problemas climáticos a produtores de grãos que fizeram seguro agrícola na safra 2015/16. A informação foi anunciada nesta quarta (5) pela FenSeg (Federação Nacional de Seguros Gerais).

As lavouras que mais receberam indenizações foram de soja, milho e trigo. Esse é o maior volume já registrado no país, levando em conta o período desde a safra 2006/07, quando o seguro agrícola passou a receber incentivo do governo federal e tornou-se mais difundido no Brasil.

O pagamento dos chamados sinistros foi realizado cerca de 60 dias após as colheitas dos segurados, segundo o presidente da comissão de seguro rural da FenSeg, Wady Cury, durante evento em São Paulo.

"A partir da colheita é muito rápido", disse o executivo, destacando que todos os pagamentos relativos à safra 2015/16 já foram totalmente quitados.

A região Centro-Oeste, maior cinturão de grãos do país, sofreu com chuvas irregulares ao longo de toda a última temporada, prejudicando produtividades de soja e milho, os dois principais grãos da pauta brasileira de exportações.

Além disso, a última safra de trigo (2015) no Sul do país também foi prejudicada por clima adverso.

Outros cerca de R\$ 300 milhões foram pagos a produtores que tiveram perdas em outras culturas, como frutas, segundo Cury. Os números referem-se às contratações de seguro feitas ao longo de 2015.

De acordo com a FenSeg, o seguro agrícola recebe subvenção do governo federal em apenas 40% dos contratos, o que indica que a maioria dos produtores que adota o mecanismo de proteção precisa arcar integralmente com os prêmios de contratação das seguradoras.

A entidade estima que 11 milhões de hectares de agricultura têm algum tipo de cobertura de seguro, o que compara-se, por exemplo, a uma área de 58,3 milhões de hectares de grãos, 9 milhões de hectares de cana e 2,2 milhões de hectares de café, segundo dados da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento).

O Brasil está plantando a nova safra de grãos 2016/17 e, mais uma vez, os produtores têm tido dificuldade de obter ajuda do governo para custear os valores pagos pelo seguro.

Governo, produtores e até a Constituição de 1988 são unânimes em apontar o seguro agrícola como um mecanismo essencial para garantir a manutenção das atividades de plantio e a segurança alimentar e energética do país.

Contudo, cortes no orçamento da União fizeram as subvenções despencarem.

Em 2015 os recursos recuaram para R\$ 282 milhões, devido ao ajuste fiscal, após atingirem um recorde de R\$ 693 milhões em 2014.

O Ministério da Agricultura informou que até o fim do mês passado haviam sido desembolsados R\$ 186 milhões em subvenções, restando R\$ 214 milhões para serem utilizados até o fim de 2016, somando um orçamento de R\$ 400 milhões no ano.

"Para 2017, solicitamos R\$ 700 milhões, mas o orçamento (federal) já foi para o Congresso com cortes", disse o diretor de Crédito, Recursos e Riscos do Ministério da Agricultura, Vitor Ozaki.

Segundo ele, a projeção é repetir em 2017 o volume de subvenções de 2016, de R\$ 400 milhões, ou no máximo atingir R\$ 450 milhões.

Leilões de venda de arroz acontecem nesta sexta-feira (7). Site da CONAB, 06/10/2016

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) vai realizar, nesta sexta-feira (07), mais dois leilões de venda de arroz. Ao todo serão ofertadas 14,9 mil toneladas do cereal, que está localizado em armazéns do governo. O produto é da safra 2008/09 e localiza-se no Rio Grande do Sul (RS). Os detalhes das operações encontram-se nos Avisos 184 e 185.

No final de setembro, a Companhia comercializou outras 25,7 mil toneladas do produto em outros dois leilões. Juntas, as operações arrecadaram R\$ 22,7 milhões. As ofertas de arroz fazem parte da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), onde a Conab compra o produto quando o seu valor está abaixo do mínimo e o devolve ao mercado quando está acima do preço de liberação dos estoques públicos.

Brasil deve colher entre 210,5 e 214,8 milhões de toneladas para safra 2016/2017. Site da CONAB, 06/10/2016

A estimativa da produção de grãos para a safra 2016/17 poderá ficar entre 210,5 e 214,8 milhões de toneladas. É o que aponta o 1º levantamento da safra para este período, divulgado nesta quinta-feira (6) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Com isso, o crescimento poderá ser de até 15,3% em relação à safra anterior 2015/2016, que foi de 186,4 milhões. O arroz apresenta retomada nas áreas não cultivadas na safra anterior, com uma produção entre 11,6 e 12 milhões de toneladas. Com relação ao feijão primeira safra, o forte incremento de área poderá refletir numa produção de 11,9 a 18,7% superior à safra passada. Já o milho, também primeira safra, deverá ter produção superior à anterior, após três anos consecutivos de queda. A projeção para a soja é de crescimento de até 6,7 a 9% na produção, podendo atingir de 101,8 a 104 milhões de toneladas. O amendoim deve ter

uma produção de 408,8 a 421 mil toneladas, incrementada pelo ganho de área e produtividade. O levantamento também indica um aumento na produção de algodão.

No caso da safra de inverno 2016, o grande destaque é para o trigo, cuja produção deverá ser de 6,3 milhões de toneladas, ou seja, 14,5% superior à safra passada, mesmo tendo sofrido redução de área. A aveia e o centeio apresentam um aumento significativo de área e produtividade. No caso da cevada, há uma leve redução de área, mas a produção será superior a 26,1% em relação à safra anterior devido à recuperação da produtividade. Finalmente, a canola e o triticale também apontam um aumento de área e produtividade, o que resulta em um aumento de 39,7 e 14,1% em relação à safra passada, respectivamente.

A área plantada está prevista se situar entre 58,5 e 59,7 milhões de hectares. O crescimento previsto poderá ser de até 2,3% se comparada com a safra 2015/16, que teve 58,3 milhões de hectares. Com exceção do algodão, todas as demais culturas de primeira safra tiveram incremento de área plantada.

Parceria busca melhorar a qualidade do leite produzido por agricultores familiares no RJ. Site do MAPA, 10/10/2016.

Vantagem do projeto é a facilidade de acesso pelos produtores, o baixo custo e a redução do impacto ambiental

O Brasil é o quarto maior produtor mundial de leite, com mais de 34 bilhões de litros em 2013, mas a demanda ainda é por um produto de melhor qualidade. A parceria entre a Embrapa Agroindústria de Alimentos (Rio de Janeiro, RJ) e a cooperativa Boa Nova, no município de Valença (RJ), pretende aumentar a qualidade do leite ao implantar um novo protocolo de higienização de tanques refrigerados de armazenamento de leite cru. Inicialmente, a iniciativa vai atender cerca de 12 tanques coletivos de agricultores familiares, que fornecem cerca de 20 mil litros de leite diariamente à cooperativa.

O foco do trabalho da Embrapa está nas principais bacias leiteiras do estado do Rio de Janeiro, localizadas no sul e no noroeste fluminense, mas a ideia é avançar também para a região da Zona da Mata de Minas Gerais, com o apoio da Emater e de outros parceiros. "A maior vantagem desse método é a facilidade de adoção pelos produtores, baixo custo e redução do impacto ambiental no processo de higienização dos tanques coletivos de leite. O resultado final é a garantia de entrega de um produto com maior qualidade e segurança para o consumidor", diz André Dutra, líder da iniciativa pela Embrapa e doutor em Ciência de Alimentos.

O depósito do leite cru em tanques refrigerados em até duas horas depois da ordenha é uma exigência legal. Por serem em tanques comunitários, demandam o estabelecimento de uma relação de confiança entre os vizinhos, além de uma organização na produção.

"Em função dos custos da aquisição desses tanques, os produtores normalmente compartilham o equipamento. A pecuária leiteira é a atividade que predomina nos sistemas produtivos de agricultores familiares no Brasil. Por isso, deve ocorrer um esforço de todos os atores da cadeia leiteira para que o agricultor familiar seja valorizado no esforço de obter um leite de qualidade", observa Rodrigo Paranhos, pesquisador da Embrapa e membro do projeto.

Geralmente, a melhoria da qualidade do produto representa um incremento na remuneração do agricultor familiar. A cooperativa Boa Nova adota fortemente essa prática: "Com os resultados das análises microbiológicas realizadas, consultamos uma tabela de pagamento. Se a qualidade do leite é alta, o produtor é remunerado com um valor maior pelo litro de leite, mas se estiver abaixo do recomendado pela legislação, ele será penalizado. Esse acompanhamento é feito mês a mês. Então, se no próximo mês ele tiver melhorado, recebe uma bonificação financeira", explica Fernanda Silva, médica veterinária e responsável pela qualidade do leite da cooperativa.

De acordo com ela, uma das maiores dificuldades para a obtenção de um leite de qualidade ainda é a sanidade do rebanho, especialmente relacionada à mastite. A questão da limpeza e da higienização também tem forte impacto e depende da orientação e capacitação da mão-de-obra. "Às vezes, o produtor está fazendo tudo certo na propriedade rural, com controle de zoonoses dos animais e cuidados higiênico-sanitários durante a ordenha, mas, quando coloca o leite cru no tanque coletivo com falhas na sanitização, "contamina" o produto, impactando em sua qualidade. Estou confiante que o projeto possa mudar a forma de trabalho dos pequenos produtores nesses tanques", acrescenta Fernanda.

Até 2018, a Embrapa pretende instalar três unidades demonstrativas de referência com o protocolo de higienização de tanques de armazenamento de leite no Rio de Janeiro e Minas Gerais e capacitar tecnicamente cerca de 250 agricultores familiares que utilizam tanques coletivos.

Encontro Regional sobre Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra, a Pesca e os Bosques, em Santiago, Chile. site da CONTAG, 11/10/2016

A CONTAG e movimentos da América Latina e Caribe participaram do Encontro Regional sobre as Diretrizes Voluntárias de Governança Responsável da Terra, a Pesca e os Bosques (DVGT), organizada pela FAO Chile e REAF MERCOSUL em Santiago, Chile. O Encontro tem por objetivo capacitar técnicos dos governos da região, representantes de agências internacionais e movimentos sociais da América Latina e Caribe (ALC) para a avaliação e monitoramento da implementação das DVGT nos países da região.

Foi divulgado e analisado o Manual Popular sobre a Governança da Terra, a Pesca e os Bosques, elaborado pela Aliança pela Soberania Alimentar dos Povos da América Latina e Caribe (ALIANZA), da qual a CONTAG é parte, mediante processo de consulta

popular. O Manual Popular apresenta um guia didático para a promoção, a aplicação, o monitoramento e a avaliação das DVGT, aprovadas pelo Comitê Mundial de Segurança Alimentar das Nações Unidas (CSA/FAO), em maio de 2012.

CONTAG e CONTAR em audiência com o Ministro do Trabalho. Barack Fernandes. Site da CONTAG, 11/10/2016

Para tratar sobre a Organização Sindical no campo brasileiro e o processo de registro das entidades filiadas ao sistema CONTAG, a Diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, representada pelo seu presidente Alberto Ercílio Broch; o secretário de Finanças e Administração, Aristides Veras; o secretário de Formação e Organização Sindical, Juraci Souto; o secretário de Assalariados e Assalariadas Rurais, Elias D'Ângelo; e ainda o presidente da Confederação Nacional de Assalariados(as) Rurais (CONTAR), Antônio Lucas; estiveram na tarde desta terça-feira(11), em audiência com o Ministro de Estado do Trabalho, Ronaldo Nogueira.

“Nós viemos abrir um processo de negociação com o Ministério, pois o mesmo dialoga diretamente com várias atividades que a CONTAG tem diuturnamente, assim, precisamos ter uma interlocução para resolver os problemas que atingem o Movimento Sindical. Aproveitamos a oportunidade para também trazer a questão do registro sindical da base da CONTAG, onde temos atualmente em torno de mil Sindicatos que ainda não têm o registro, dentre eles estão também os registros da CONTAR e FETAR's”, ressaltou o presidente da CONTAG, Alberto Ercílio Broch.

A audiência também foi uma oportunidade encontrada pela CONTAG e CONTAR, de reivindicar pela continuidade da Política Nacional para os Trabalhadores (as) Empregados (as) Rurais – PNATRE.

“Reivindicamos pela continuidade da PNATRE, pontuando a necessidade do restabelecimento da Comissão Nacional dos Trabalhadores Rurais Empregados (Cnatre)”. Destacou Alberto.

A audiência mostra a harmonia da CONTAG e da CONTAR, estabelecida desde o início dos debates referentes a dissociação de categoria. Mostrando que apesar de serem

organizações com suas especificidades, seguirão trabalhando juntas nas grandes questões da agricultura familiar e dos assalariados e assalariadas rurais.

Ao final, Ronaldo Nogueira, destacou que o Ministério estará aberto para receber as reivindicações da CONTAG e da CONTAR, sempre que precisar.

A PNATRE foi instituída pelo Decreto Presidencial nº 7.943, de 5 de março de 2013, tendo entre as diretrizes, o fomento à formalização e ao aprimoramento das relações de trabalho, o aperfeiçoamento das políticas de saúde, habitação, Previdência e segurança, o fortalecimento dos programas destinados à educação e a capacitação profissional dos empregados rurais.

A política tem o objetivo de reinserir trabalhadores rurais empregados que perderam seus postos de trabalho, gerando novas oportunidades de renda, assim como de intensificar a fiscalização das relações de trabalho rural e minimizar os impactos das novas tecnologias na redução do emprego. O decreto também prevê a promoção da alfabetização, escolarização, qualificação e requalificação profissional desses trabalhadores e o combate ao trabalho infantil.

Junto com o Pnatre, fica instituída a Comissão Nacional dos Trabalhadores Rurais Empregados (Cnatre), coordenada pelo Ministério do Trabalho e composta por 11 representantes do governo e até cinco da sociedade civil e seus suplentes.

Conab ofertará mais 5,7 mil t de café em mais dois leilões. Site da CONAB, 13/10/2016

Na próxima quinta-feira (20), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realizará mais dois leilões de venda de café arábica, com a oferta de 5,7 mil toneladas do produto. Os leilões eletrônicos estão detalhados nos avisos de Número 188 e 189 e o café está estocado em armazéns de Minas Gerais.

Estas ofertas regulares estão previstas até o final do ano e fazem parte da estratégia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para regulação do mercado interno, devido à elevação dos preços do produto. Técnicos da Companhia acompanham diariamente o comportamento do café no mercado.

Este ano já foram leiloadas 560 mil sacas de café, com 60 Kg cada. Restam ainda cerca de 260 mil sacas que devem ser comercializadas até dezembro. Os interessados em adquirir o produto devem estar cadastrados na bolsa de valores por meio da qual pretendam realizar a operação e em situação regular no Sistema de Registro e Controle de Inadimplentes da Conab (Sircoi), entre outras exigências detalhadas nos editais.

Assalariados e assalariadas rurais da Zona da Mata de Pernambuco conquistam salário de R\$ 944,00. Site da CONTAG, 14/10/2016

Canavieiros e canavieiras de Pernambuco conquistaram, na noite de ontem (13/10), depois de seis rodadas de negociação com a classe patronal, no Recife, um aumento salarial de 9,39% sobre o salário da data-base (passando a R\$ 944,00). Já o piso de garantia fica em R\$16,00, acima do valor do salário mínimo de 1º /01/2017, e a cesta básica em R\$ 40,00.

“Os resultados da 37ª Campanha Salarial foram muito positivos. Conseguimos avançar em muitas cláusulas sociais e econômicas importantes para o trabalhador e, especialmente, assegurar os direitos conquistados em Convenções anteriores. Isso foi muito valioso, pois sabemos que o cenário é propício para setor, já que houve aumento na produção de açúcar e etanol”, avalia o presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Pernambuco (Fetaepe) e diretor e Política Salarial da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape), Gilvan José Antunis.

Para ele, o fato de as duas Federações (Fetape e Fetaepe) estarem juntas nesta campanha, com a força e animação dos Sindicatos e o apoio dos parceiros foram elementos fundamentais para as conquistas obtidas. O diretor também lembra itens que foram inseridos na Convenção e que são motivos de comemoração: “Exemplos disso foram a inserção da aplicação de herbicidas com bomba costal, na Tabela de Tarefas; as definições de que os trabalhadores terão acesso aos resultados dos exames que são feitos por médicos contratados pelas usinas, o que antes não acontecia; que as empresas arcarão com as despesas de deslocamento do trabalhador para fazer exames; assim como irão liberar as

horas para a realização dos mesmos”. Tudo isso sem contar o aumento no percentual de contratação de mulheres, que passou de 10% para 20%.

O presidente da Fetape, Doriel Barros, afirma que a organização e a preparação dos dirigentes sindicais foram essenciais para garantir uma boa negociação. “Conhecendo bem a conjuntura do nosso país e do nosso estado; entendendo o momento vivenciado pela região; e conscientes das necessidades dos homens e mulheres que trabalham no corte da cana, os dirigentes Sindicais trouxeram para a mesa um debate qualificado e contextualizado, não abrindo a possibilidade para retrocessos. Por isso, tivemos mais uma campanha vitoriosa”.

As negociações deste ano contaram com algumas inovações, promovidas pelas instituições representantes dos trabalhadores e trabalhadoras, objetivando qualificar a argumentação na defesa dos itens da pauta. Nesse sentido, foram apresentadas imagens, captadas por meio dos celulares dos dirigentes sindicais, nos locais de trabalho; e compra de uma cesta básica, durante a reunião, com apresentação dos produtos e da nota fiscal, mostrando que o valor pago até o momento, pelo patronato, não estava atendendo às necessidades dos trabalhadores/as, havendo, portanto, a necessidade de um reajuste que correspondesse à realidade.

Outra inovação foi o aproveitamento de um dos intervalos da negociação com a classe patronal, para um momento de esclarecimentos aos dirigentes sindicais sobre o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Após uma exposição realizada pela equipe da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), os/as participantes puderam fazer perguntas, a partir da realidade identificada na base. As informações serão repassadas aos trabalhadores e trabalhadoras de cada município.

Ao final dos trabalhos, houve, ainda, um comprometimento da SRTE em resgatar a Comissão Permanente Regional Rural (CPRR), para realizar estudos referentes à saúde e segurança dos assalariados e assalariadas rurais, nos locais de trabalho. A obrigatoriedade do fornecimento do protetor solar, por exemplo, está entre as pautas levadas a essa Comissão.

Dirigentes dos Sindicatos das Matas Norte e Sul, da Fetape, da Fetaepe e da Confederação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Assalariados Rurais (Contar), representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese)

participaram de todo o processo de negociação, que contou com a importante mediação da SRTE no diálogo com os representantes do patronato. As centrais sindicais (CUT e CTB) também marcaram presença.

A proposta da pauta de reivindicações da 37ª Campanha Salarial foi construída durante o 23º Congresso dos Delegados e Delegadas Sindicais da Zona da Mata e do 1º Encontro dos Assalariados e Assalariadas Rurais da FETAEPE, nos dias 20 e 21 de agosto, em Carpina, por cerca de 300 trabalhadores/as rurais e dirigente sindicais. Em seguida, ela foi aprovada por Assembleias nos municípios da região.

Assentado de São Miguel das Missões (RS) investe em plantio de alface e repolho. INCRA, 14/10/2016.

Pés de alface e de repolho formam um investimento seguro para a família de Jamir Busatto, do assentamento Alecrim, localizado no município de São Miguel das Missões a 480 km de Porto Alegre. Com 4 mil pés de alface e de 1,8 mil de repolho plantados, o casal aposta na horta de quase 1 hectare, que tem ainda 100 pés de rúcula. A cada semana, eles voltam para casa com R\$ 500 garantidos com a venda no comércio da cidade e nas casas da clientela.

Jamir e a esposa Zenilda iniciaram a horta há quatro anos. “Primeiro tentamos com o plantio da alface”, diz o agricultor. Ele conta que na época vendia duas vezes na semana o produto perto do assentamento, comercializando 25 pés a cada saída. Atualmente, distribui 170 pés no mesmo período. Já o repolho veio depois. “Hoje, com este produto consigo repassar 60 unidades, comenta.

O cultivo de rúcula é feito em rodízio. “Vou semeando quando surge espaço entre um plantio e outro”. Outras culturas como o tempero verde, cebola e a manjerona, estão também na horta, que brevemente receberá pepino para conserva. “Estou me organizando para ter 3 mil pés já que tenho um possível comprador”, destaca. A horta complementa a renda da família que tem ainda gado de corte, plantação de trigo e de soja.

Assistência

técnica

Eduardo Beskow, profissional da Cooperativa de Trabalho em Serviços Técnicos Ltda

(Coptec), prestadora de assistência técnica contratada pelo Incra-RS, observa que a família de agricultores está em processo de transição para produção agroecológica, usando insumos orgânicos provenientes do lote como esterco bovino e de aves. “Ainda, o casal realiza práticas de biofertilizantes e repelentes para prevenção de pragas e doenças”.

Uma das técnicas agroecológicas utilizadas por Jamir Busatto e sua família é o manejo do solo como terraceamento. Este preparo específico da terra consiste em deixar a palha cobrindo o terreno aliando esta proteção ao rodízio e rotação de culturas. O técnico agrícola explica que se planta folhosas no primeiro plantio e , em seguida, coloca tubérculos no próximo. “Como exemplo, cito a alface e após a cenoura”, conclui Beskow.

Secretário assassinado em Altamira estava ameaçado de morte. André Borges e Rafael Pezzo. O Estado de São Paulo, 14/10/2016.

BRASÍLIA E SÃO PAULO - O secretário de Meio Ambiente e Turismo de Altamira, no Pará, Luiz Alberto Araújo, morto a tiros na noite desta quinta-feira, 13, estava ameaçado de morte, em função de suas ações de combate ao desmatamento na região.

A informação foi confirmada ao Estado por Zelma Campos, secretária do Meio Ambiente de Brasil Novo (PA), município vizinho de Altamira. Luiz Alberto Araújo, de 54 anos, foi alvejado por nove tiros quando chegava com a família no condomínio onde morava, no bairro de Buriti, na periferia do município. Os disparos foram dados por dois homens, que usavam uma moto. O secretário morreu no local.

Zelma Campos, que foi secretaria do Meio Ambiente de Altamira, conhecia Luiz Alberto Araújo. "Ele sempre comentava que estava sofrendo uma pressão muito forte, por conta de suas ações de combate ao desmatamento na região e da implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR)", diz Zelma. "Nos falávamos frequentemente. Ele dizia que essa tensão estava muito forte ultimamente."

Segundo Zelma, a situação se agravou após serem intensificadas as ações de um programa contra o desmatamento apoiado pela comunidade internacional. No fim de 2010, o Ministério do Meio Ambiente firmou um projeto com a Delegação da União Europeia para o Brasil, com aporte de 4,9 milhões de euros (R\$ 17,13 milhões), em três anos, para serem aplicados em São Félix do Xingu, município vizinho a Altamira. À época, Luiz Alberto Araújo era secretário de Meio Ambiente de São Félix e ficou encarregado de tocar as ações do chamado "Pacto Municipal para a Redução do Desmatamento".

Nos últimos meses, Araújo atuou na campanha para reeleição do prefeito Domingos Juvenil (PMDB), que foi reeleito. O secretário estava no cargo em Altamira havia cerca de três anos.

"Isso tudo causa muita tensão entre nós. Há uma agenda muito pesada para ser cumprida na área do desmatamento. Aqui na nossa região, o Ministério Público Federal imputa essa

missão ao município. Temos a obrigação de cumpri-la, mas não temos todos os instrumentos para isso", desabafa Zelma.

Segundo a secretária do Meio Ambiente de Brasil Novo, a morte de Luiz Alberto Araújo elevou a tensão entre os secretários dos municípios que compõem o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Pacajá, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. O plano tem a missão de apoiar políticas públicas na região.

"Temos um grupo que dialoga diariamente. Todos estamos numa apreensão muito forte com a gestão ambiental dessa região. É momento triste e muito preocupante para nós", disse Zelma.

A Polícia Civil está investigando o caso. O Instituto Socioambiental (ISA), organização que possui um escritório em Altamira, declarou que o secretário foi parceiro das causas na região e que atuava no apoio às populações ribeirinhas e em suas reivindicações. "A sua gestão foi caracterizada pela isenção e a rigidez na aplicação da legislação ambiental. A cidade de Altamira perde um excelente gestor, que lutou pelo cumprimento das condicionantes urbanas da hidrelétrica de Belo Monte", declarou o ISA. "O secretário esteve à frente na luta pela instalação do saneamento urbano e no licenciamento do aterro sanitário da cidade. Luiz Alberto conseguiu articular a realização de Cadastro Ambiental em áreas tradicionalmente reticentes à intervenção do Estado, fazendo a sua parte na luta contra o desmatamento que aflige o município."

Economista ligado a ruralistas deve assumir direção da Fundação Florestal. Giovana Girardi. O Estado de São Paulo, 15/10/2016.

O economista Eduardo Soares de Camargo, que já foi consultor e diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e diretor-executivo da Sociedade Rural Brasileira (SRB), foi indicado pelo Conselho Curador da Fundação Florestal para assumir o cargo. Camargo confirmou a indicação e disse que vai priorizar as concessões das unidades de conservação para a iniciativa privada

Mais um ruralista deve assumir na próxima semana um cargo na Secretaria de Meio Ambiente. O economista Eduardo Soares de Camargo, que já foi consultor e diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e diretor-executivo da Sociedade Rural Brasileira (SRB), foi indicado pelo Conselho Curador da Fundação Florestal para assumir o cargo de diretor executivo do órgão.

O nome, que havia sido sugerido pelo secretário da pasta, Ricardo Salles, só precisa ser chancelado agora pelo governador Geraldo Alckmin.

Esta será a quarta pessoa a assumir o cargo nos últimos dois anos. No final da semana passada, o então diretor, Paulo Almeida, havia pedido demissão do cargo. Na segunda-feira, em entrevista ao Estado, Salles disse que ele era um bom profissional, mas não um gestor, característica que Salles diz estar em falta nas cadeiras da secretaria.

"A Fundação Florestal precisa de um gestor, ele é professor e entendeu que não teria o perfil que estamos procurando", afirmou o secretário. Almeida foi procurado pelo Estado, mas disse apenas que não havia nada oficial ainda e que preferia não se pronunciar.

Formado em direito, Almeida é professor do Programa de Pós graduação em Sustentabilidade e no curso de Bacharelado em Gestão Ambiental na USP Leste.

Em entrevista ao Estado no início da tarde deste sábado, Camargo confirmou o convite e disse que espera somente os trâmites burocráticos para assumir. Ele disse que conhece Salles há “muitos anos”. O secretário foi diretor jurídico da SRB no período em que Camargo era o diretor executivo da instituição.

Disse que no cargo, por determinação de Salles, vai buscar incrementar parcerias e desenvolver a fundação. “Hoje há um viés muito ideológico e embora tenhamos muito técnicos de altíssima competência, o secretário quer uma articulação maior, quer desenvolver, quer tirar a fundação da zona de conforto, que às vezes mais trava mais do que empreende. Ele quer que os técnicos opinem, mas façam acontecer.”

Por parcerias ele se referiu aos processos de concessão das unidades de conservação para a iniciativa privada.”Vamos ouvir a parte técnica, respeitar as regras, mas, no que for possível fazer parcerias, vamos fazer.”

Questionado sobre qual sua experiência com ambiente e se não haveria conflito de interesses com o fato de ele ter trabalhado por cerca de 13 anos com ruralistas, disse que terá o desafio de “mostrar para a sociedade que os maiores defensores do ambiente são os produtores rurais”. “Essa imagem antiga de desmatador, explorador, a sociedade resiste em entender que mudou, mas acho que temos de mostrar o trabalho”, afirmou.

Procurada pela reportagem, a Secretaria de Meio Ambiente disse que ainda não houve escolha pelo governador. Na segunda, porém, Salles já tinha sinalizado que poderia trazer alguém do setor. Na entrevista, afirmou que queria alguém que “tenha uma visão de gestão de floresta, de campo, que tenha alguma experiência no setor privado, não só acadêmico”. O ideal, disse, é que seria alguém de associação de classe, “com noção de cobrança da sociedade, de que existe premência do tempo, de restrições orçamentárias, que não são questões filosóficas, mas do dia a dia.”

Outras mudanças. Esta é a terceira pessoa ligado a ruralistas que assume cargos ambientais desde que Salles assumiu a secretaria. Na semana passada, houve [mudanças também na Câmara de Compensação Ambiental](#), que gera os recursos pagos por empreendimentos como forma de compensar o impacto ambiental de suas obras. O dinheiro tem de, obrigatoriamente ser usado em unidades de conservação.

A troca dos representantes da sociedade civil foi a que mais chamou atenção. No lugar do pesquisador Ricardo Rodrigues e da ambientalista Ana Luisa da Riva, foram colocados dois ruralistas: o advogado Francisco de Godoy Bueno, vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e amigo pessoal do novo secretário de Meio Ambiente, e o agrônomo Evaristo de Miranda, da Embrapa.

Economista ligado a ruralistas deve assumir direção da Fundação Florestal. Giovana Girardi – Jornal O Estado de São Paulo. 15/10/2016

Mais um ruralista deve assumir na próxima semana um cargo na Secretaria de Meio Ambiente. O economista Eduardo Soares de Camargo, que já foi consultor e diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e diretor-executivo da Sociedade Rural Brasileira (SRB), foi indicado pelo Conselho Curador da Fundação Florestal para assumir o cargo de diretor executivo do órgão.

O nome, que havia sido sugerido pelo secretário da pasta, Ricardo Salles, só precisa ser chancelado agora pelo governador Geraldo Alckmin.

Esta será a quarta pessoa a assumir o cargo nos últimos dois anos. No final da semana passada, o então diretor, Paulo Almeida, havia pedido demissão do cargo. Na segunda-feira, em entrevista ao Estado, Salles disse que ele era um bom profissional, mas não um gestor, característica que Salles diz estar em falta nas cadeiras da secretaria.

“A Fundação Florestal precisa de um gestor, ele é professor e entendeu que não teria o perfil que estamos procurando”, afirmou o secretário. Almeida foi procurado pelo Estado, mas disse apenas que não havia nada oficial ainda e que preferia não se pronunciar. Formado em direito, Almeida é professor do Programa de Pós graduação em Sustentabilidade e no curso de Bacharelado em Gestão Ambiental na USP Leste.

Em entrevista ao Estado no início da tarde deste sábado, Camargo confirmou o convite e disse que espera somente os trâmites burocráticos para assumir. Ele disse que conhece Salles há “muitos anos”. O secretário foi diretor jurídico da SRB no período em que Camargo era o diretor executivo da instituição.

Disse que no cargo, por determinação de Salles, vai buscar incrementar parcerias e desenvolver a fundação. “Hoje há um viés muito ideológico e embora tenhamos muito técnicos de altíssima competência, o secretário quer uma articulação maior, quer desenvolver, quer tirar a fundação da zona de conforto, que às vezes mais trava mais do que empreende. Ele quer que os técnicos opinem, mas façam acontecer.”

Por parcerias ele se referiu aos processos de concessão das unidades de conservação para a iniciativa privada.”Vamos ouvir a parte técnica, respeitar as regras, mas, no que for possível fazer parcerias, vamos fazer.”

Questionado sobre qual sua experiência com ambiente e se não haveria conflito de interesses com o fato de ele ter trabalhado por cerca de 13 anos com ruralistas, disse que terá o desafio de “mostrar para a sociedade que os maiores defensores do ambiente são

os produtores rurais”. “Essa imagem antiga de desmatador, explorador, a sociedade resiste em entender que mudou, mas acho que temos de mostrar o trabalho”, afirmou.

Procurada pela reportagem, a Secretaria de Meio Ambiente disse que ainda não houve escolha pelo governador. Na segunda, porém, Salles já tinha sinalizado que poderia trazer alguém do setor. Na entrevista, afirmou que queria alguém que “tenha uma visão de gestão de floresta, de campo, que tenha alguma experiência no setor privado, não só acadêmico”. O ideal, disse, é que seria alguém de associação de classe, “com noção de cobrança da sociedade, de que existe premência do tempo, de restrições orçamentárias, que não são questões filosóficas, mas do dia a dia.”

Esta é a terceira pessoa ligado a ruralistas que assume cargos ambientais desde que Salles assumiu a secretaria. Na semana passada, houve mudanças também na Câmara de Compensação Ambiental, que gera os recursos pagos por empreendimentos como forma de compensar o impacto ambiental de suas obras. O dinheiro tem de, obrigatoriamente ser usado em unidades de conservação.

A troca dos representantes da sociedade civil foi a que mais chamou atenção. No lugar do pesquisador Ricardo Rodrigues e da ambientalista Ana Luisa da Riva, foram colocados dois ruralistas: o advogado Francisco de Godoy Bueno, vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e amigo pessoal do novo secretário de Meio Ambiente, e o agrônomo Evaristo de Miranda, da Embrapa.

Análise encontra presença irregular de agrotóxico em merenda escolar do Rio. Mariana Alvim – Jornal O Globo. 17/10/2016

O cardápio nas escolas municipais do Rio tem arroz, feijão, couve e outros produtos nutritivos. Mas, segundo uma análise do Greenpeace Brasil, pode ter também procimidona, metamidofós e mais “ingredientes” de nomes estranhos. Em uma pesquisa inédita, a organização adquiriu 20 amostras de alimentos, ou 40kg de comida, de um fornecedor da rede de ensino carioca. Na avaliação dos produtos, foram encontrados agrotóxicos em 60% das 20 amostras. E 45% apresentaram alguma irregularidade, como a presença de um pesticida proibido no Brasil, o metamidofós, que, de acordo com o Greenpeace, foi verificado em 10% das amostras.

Dentre as amostras, 35% apresentaram agrotóxicos não permitidos para aquela cultura específica. Em 20%, havia pesticidas acima do limite permitido. E, finalmente, 35% das amostras continham resíduos de duas ou mais substâncias diferentes — o que não é proibido mas, segundo especialistas, acende o alerta para um “efeito coquetel” cujos malefícios para a saúde ainda precisam ser estudados.

Somente no pimentão amarelo, por exemplo, foram encontrados sete agrotóxicos diferentes. O Rio foi o “laboratório” escolhido porque, segundo dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) pesquisados pelo Greenpeace, a prefeitura não destinou nenhuma verba do Plano Nacional de Alimentação Escolar para agricultura familiar em 2014. Uma lei federal determina que este percentual seja de pelo menos 30%. Capitais como Porto Alegre e Belo Horizonte têm desempenho bem melhor, com percentuais, respectivamente, de 35,9% e 29,7% .

— Os resultados que encontramos foram espantosos. Não se trata de vilanizar o agricultor individual, mas de cobrar saídas do poder público. O que o levantamento revela é uma falta de controle, e as propostas que tramitam atualmente no Congresso vão potencializar esse cenário — aponta Rafael Cruz, membro da campanha de Agricultura e Alimentação do Greenpeace Brasil, se referindo a uma comissão especial na Câmara dos Deputados que discute a substituição da atual Lei dos Agrotóxicos.

Hoje, o controle dos agrotóxicos é atribuição, principalmente, do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e, com relação aos impactos ambientais do uso desses produtos, do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama). Um exemplo da falta de controle a que se refere Cruz é a já longínqua publicação, em 2012, da mais recente edição do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para) — publicação da Anvisa que monitora os níveis de pesticidas. Segundo a agência, o programa está sendo reformulado, sem previsão de retorno.

Para o levantamento, o Greenpeace Brasil encomendou às fornecedoras da rede municipal, em setembro, alimentos listados no cardápio escolar da capital. Apenas uma das seis empresas respondeu. Trata-se de uma firma que, segundo dados da Prefeitura do Rio, atende a duas áreas programáticas com um total de 181 escolas. Os testes foram realizados no Instituto Biológico de São Paulo.

Um dos dados mais reveladores foi a presença do metamidofós nas amostras de couve-manteiga: a substância foi proibida pela Anvisa em 2012, após sua interdição em outros países e a publicação de estudos que relacionaram o composto a malefícios ao sistema endócrino e reprodutor. Para quem trabalha com a qualidade da alimentação, a revelação não pareceu tão surpreendente.

— Não é incomum encontrar o uso de substâncias proibidas no Brasil. Esta realidade que se mostra nas escolas é a mesma nos supermercados e restaurantes do país, com cerca de um terço dos alimentos impróprios. Se os agrotóxicos têm sido associados a alterações hormonais e efeitos crônicos, nas crianças isto se agrava, porque o organismo ainda está em desenvolvimento — ressalta Karen Friedrich, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e membro da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

Segundo o Greenpeace Brasil, apenas duas capitais brasileiras têm legislação para a transição para merenda escolar orgânica: São Paulo e Porto Alegre. Para as eleições municipais deste ano, a ONG elegeu a alimentação como uma das três prioridades na pressão a candidatos, e vem buscando o compromisso deles com propostas como a garantia de comida sem agrotóxicos para os alunos.

O estímulo a orgânicos às vezes brota em nível local. O projeto Alimentação Escolar Saudável, presente em mais de 90 colégios públicos do Estado do Rio, gerou a inclusão de mais de 18 toneladas de produtos orgânicos no cardápio de pelo menos 30 mil alunos de cinco municípios: Três Rios, Paraíba do Sul, Itaperuna, Pinheiral e Trajano de Moraes.

Já no Colégio Estadual Professor Teófilo Moreira da Costa, no bairro de Vargem Grande, cerca de 43% das refeições são orgânicas.

— A região e a escola têm origem rural, e buscamos reforçar essas identidades. Fazemos excursões às plantações, projetos de extensão, trabalhamos com o conteúdo em aula — explica o diretor da escola, o geógrafo Carlos Motta.

Em resposta à reportagem, a Secretaria Municipal de Educação informa que a alimentação de todas as unidades escolares da rede é acompanhada pelo Instituto de Nutrição Annes Dias (Inad), responsável pela organização do cardápio escolar por meio da avaliação de especialistas em nutrição. “O Instituto também planeja e adota ações que visam estabelecer e monitorar a execução de critérios para a aquisição e o fornecimento de produtos alimentícios, além de orientar as unidades escolares quanto às boas práticas na

manipulação desses alimentos, que vão desde o cuidado com uniformes e utensílios, até guias alimentares”.

Entre as principais medidas realizadas pela SME ao lado do Inad está a qualificação técnica dos fornecedores e também da análise realizada no Laboratório Dietético do próprio Instituto, para comprovar a qualidade dos produtos fornecidos, além de identificar se os padrões técnicos estão em conformidade daquilo que é exigido para a rede municipal de ensino, diz o documento.

A SME rebate ainda os dados do Greenpeace Brasil e responde que tem um Projeto em conjunto da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para fornecimento de produtos orgânicos da agricultura familiar para a rede municipal de ensino, um projeto assinado com a União das Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Rio. E informa que está ampliando seu trabalho em conjunto com outros Órgãos/Instituições com o objetivo de adquirir gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar. “Especificamente no ano de 2014 foi realizada uma chamada pública para o fornecimento desses itens, porém, não houve interessados”, informa em nota.

Encontro Nacional debate os cenários, visões e desafios da Política Agrária no Brasil. Verônica Tozzi. Site da CONTAG, 17/10/2016

Com o objetivo de debater os Cenários, Visões e Desafios da Política Agrária no Brasil, iniciou na manhã desta segunda-feira (17), em Brasília, o Encontro Nacional com a presença dos(as) secretários e assessorias de Política Agrária das Federações e de diversas lideranças dos STTRs filiados, com um público de aproximadamente 100 pessoas de todo o País.

A Diretoria da CONTAG prestigiou a abertura política, bem como a secretária de Gênero e Geração da CONTAR, Fabiana Minian. O secretário de Política Agrária da CONTAG, Zenildo Pereira Xavier, iniciou as falas políticas elogiando a participação massiva de todos os 26 estados e do Distrito Federal. “Mesmo com um cenário adverso, todos nós acreditamos na luta e na importância da reforma agrária para o desenvolvimento do País. E essa conversa é importante nesse momento. Para uma entidade como a CONTAG, que

tem trabalhadores(as) filiados(as) em todo o País, envolvidos(as) em tanta luta, seja ela qual for, a Secretaria de Política Agrária tem essa tarefa de identificar as dificuldades e desafios para pressionar os governos para que as políticas públicas aconteçam”, explicou o dirigente.

O presidente da CONTAG, Alberto Broch, destacou logo no começo a importância dos(as) dirigentes presentes nesse momento. “Vocês têm uma grande missão nas federações. Talvez a Política Agrária seja uma das áreas que mais enfrenta dificuldades. Estamos dando uma atenção especial a esse encontro porque o momento exige. O que nos espera pela frente são dias difíceis, de muitas incertezas e a pauta dos trabalhadores e das trabalhadoras será atacada.” Broch apontou que o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) precisa de uma estratégia acertada para enfrentar pautas como a PEC 241, que visa congelar o orçamento da União por 20 anos, alterando a Constituição. “Concordamos em fazer ajuste fiscal, mas não dessa forma, retroagindo em todas as políticas públicas sociais conquistadas a partir de muita luta e interferindo nos próximos governos e no desenvolvimento do nosso País. Outra gravidade será a reforma da Previdência. Temos que evitar maiores estragos e a desproteção dos nossos trabalhadores e trabalhadoras. E o que nos espera na reforma agrária? Ela não está andando e agora o sentimento é que vai piorar ainda mais. Temos um grande desafio com a tramitação no Congresso do projeto de lei da Estrangeirização das Terras, que fere o princípio da soberania nacional, e se for aprovado teremos mais dificuldades ainda em avançar. Vamos fortalecer a nossa luta e a nossa unidade! Que possamos ter um sindicalismo forte e combativo”, conclamou o presidente.

Os demais diretores e diretoras da CONTAG e a representante da CONTAG destacaram questões do atual cenário político brasileiro, bem como os possíveis retrocessos com as medidas já divulgadas pelo Governo Temer e com os projetos que tramitam atualmente no Congresso Nacional.

O Encontro Nacional Cenários, Visões e Desafios da Política Agrária no Brasil acontecerá de 17 a 19 de outubro, no Auditório Margarida Alves, na ENFOC/CONTAG, e conta com uma programação rica de momentos de análise de conjuntura, debates, trabalhos em grupos e de construção de estratégias para as ações do MSTTR em relação à política agrária.

A programação do Encontro Nacional conta, ainda, com o lançamento de duas cartilhas de formação e de revista que documenta a trajetória de ações realizadas a partir de Convênio entre a CONTAG e a SRA no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). A revista também traz um relato de experiências de transformação de vidas a partir do direito à terra, e contará com a presença de beneficiários e beneficiárias do PNCF. O ato será realizado no dia 18, terça-feira, às 18h30, no mesmo local.

Incra prepara retomada de assistência técnica em assentamentos cearenses. Site do INCRA, 17/10/2016.

A Superintendência Regional do Incra no Ceará prepara a retomada do programa de assistência técnica e extensão rural (ATER) às famílias beneficiadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária no estado. Em reunião no último dia 11 com as prestadoras do serviço ficou definido para o próximo dia 1º de novembro o reinício das atividades em 261 assentamentos cearenses, entre federais e estaduais, além de uma Reserva Extrativista (Resex).

Participaram do encontro o superintendente do Incra/CE, Marcos Cals, o chefe da Divisão de Desenvolvimento da autarquia no estado, Marcos Cândido, além de servidores responsáveis pela gestão da ação e representantes das empresas contratadas.

Apesar de ressaltarem dificuldades em recontratar e substituir técnicos de Ater em tão curto prazo, as empresas se comprometeram a formar equipes e a montar estruturas adequadas para realizar a ação. A superintendência confirmou que até o próximo dia 24 apresentará diretrizes e prioridades que irão orientar os primeiros 45 dias de prestação do serviço.

Entre as metas estão a aplicação de créditos disponibilizados pelo Incra (Apoio Inicial, Fomento Mulher e Microcrédito) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), desenvolvimento de projetos para inserção dos assentados nos programas Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e de Aquisição de Alimentos (PAA), além de orientação às famílias na renegociação de dívidas e em ações ambientais.

Desbloqueio

O retorno da Ater é possível após decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), em setembro, de suspender por 120 dias os efeitos do Acórdão TCU 775/2016, que identificou indícios de irregularidades nos assentamentos e bloqueou, a partir do mês de abril, o acesso das famílias assentadas às políticas públicas de créditos, Ater, entre outras ações do Incra.

A autorização parcial para execução do Programa Nacional de Reforma Agrária ocorreu após a autarquia propor ao TCU um Plano de Providências para correção das irregularidades detectadas pelo Tribunal. O Incra/CE já produziu e encaminhou à sede da autarquia, em Brasília (DF), um Plano Regional de Providências (PRP) para corrigir pendências relativas ao cadastro das famílias assentadas no estado.

Ato na FAO/Brasil destaca papel da agricultura familiar na produção de alimentos. Verônica Tozzi. Site da CONTAG, 18/10/2016

Para celebrar o Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro), a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) realizou um ato em Brasília, na sede da sua representação no Brasil, na manhã desta terça-feira (18). O presidente da CONTAG, Alberto Broch, foi um dos convidados, bem como representantes de várias entidades da sociedade civil, da Embrapa, ministros, deputados(as), universidades, ou seja, foi um ato bem representativo para celebrar essa importante data instituída pela FAO desde 1945.

Durante o ato, o presidente da CONTAG deixou uma mensagem destacando a importância da alimentação saudável, da agricultura familiar para a garantia da segurança e soberania alimentar, para a preservação das culturas e a importância estratégica da volta do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como um grande símbolo responsável pela coordenação das políticas voltadas à agricultura familiar no Brasil.

Neste ano, a FAO dedicou uma atenção às mudanças climáticas ao escolher o tema do Dia Mundial da Alimentação 2016 – “O clima está mudando. A alimentação e a agricultura também devem mudar”. Broch afirma que esse tema é muito atual e uma realidade no campo brasileiro. “As mudanças climáticas são uma realidade. Os mais vulneráveis são os agricultores pobres em todos os continentes e, nesse sentido, há uma necessidade de os governos se anteciparem para prevenir os impactos com as mudanças climáticas, entre elas as enchentes, secas, entre outros fenômenos naturais, bem como

utilizar tecnologias voltadas para a sustentabilidade e que os agricultores familiares não sofram e nem venham faltar alimentos no nosso planeta. Portanto, para a CONTAG, essa é uma importante data para nós, agricultores(as) familiares, e para a produção de alimentos”, destacou o presidente da CONTAG.

Vigília reúne cerca de 700 pessoas em nove cidades goianas. Maisa Lima. Site do MST, 19/10/2016

Cerca de 700 pessoas participaram, nesta terça-feira (18), da vigília pela libertação dos presos políticos do MST em Goiás.

A mobilização alcançou, além de Goiânia, as cidades de Rio Verde, Jataí, Crixás, Mozarlândia, Formosa, Goiás, Catalão e Ipameri, com o importante apoio de organizações como o Movimento Camponês Popular (MCP), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e outras entidades associadas ao Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino.

A vigília se deu em torno da expectativa do julgamento, pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ), do habeas corpus dos presos políticos militantes da Reforma Agrária: Valdir Misnerovicz e Luiz Batista Borges - encarcerados há quase seis meses - e Natalino de Jesus e Diessyka Lorena, exilados.

Ao final, o STJ definiu por unanimidade conceder habeas corpus para Valdir. Os ministros avaliaram que não há justificativa técnico-jurídica para a manutenção da prisão durante o trâmite do processo e rejeitaram o enquadramento de movimentos populares na lei de organização criminosa, uma vitória importantíssima.

O MST mantém a continuidade da luta pela libertação dos presos políticos Luiz Batista e Lázaro Pereira, que seguem encarcerados. Não iremos esmorecer enquanto não conquistarmos a liberdade para todos os presos políticos da Reforma Agrária.

Em Haia, Tribunal internacional faz 'julgamento moral' da multinacional Monsanto. Site do MST, 20/10/2016

Organizações da sociedade civil montaram um tribunal internacional que, na sexta-feira (14/10), iniciou um “juízo moral” da gigante do agronegócio Monsanto. Realizado em Haia, cidade holandesa sede da Corte Internacional de Justiça da ONU, o tribunal não tem valor jurídico.

O evento, chamado de Tribunal Monsanto, contou com o apoio de 200 organizações e teve a intenção de, pela primeira vez, julgar a multinacional por supostos prejuízos a pessoas e ao meio ambiente decorrentes de seus agrotóxicos e/ou sementes geneticamente modificadas.

Durante três dias, cinco juízes ouviram 30 depoimentos de vítimas e opiniões de especialistas de 15 países diferentes para emitirem uma opinião legal sobre o comportamento da Monsanto em seis aspectos: direito a um ambiente saudável, direito à saúde, direito ao alimento, liberdade de expressão e pesquisa acadêmica, cumplicidade em crimes de guerra (a Monsanto produziu o Agente Laranja, usado na guerra do Vietnã) e crime de “ecocídio”.

De acordo com os organizadores, a companhia promove um “modelo agroindustrial que contribui com pelo menos um terço das emissões globais de gases estufa, é largamente responsável pela depredação de recursos do solo e hídricos, extinção de espécies e declínio da biodiversidade, e o deslocamento de milhões de pequenos fazendeiros anualmente”.

“O tribunal dará uma opinião legal no dano ambiental e de saúde que supostamente foi causado pela multinacional. Ele também dará a pessoas ao redor do mundo um arquivo legal bastante embasado para ser usado em futuros processos contra a Monsanto e companhias químicas similares”, afirmou ao jornal britânico The Guardian uma porta-voz do Tribunal Monsanto.

O parecer dos juízes será divulgado em dezembro. A empresa foi convidada a se defender perante eles durante o julgamento, mas não compareceu.

Em carta aberta, a Monsanto classificou o evento como uma “encenação” e uma “farsa”, afirmando que ele teria sido organizado e apoiado por organizações de comida orgânica “que são fundamentalmente opostas à agricultura moderna”.

“Nós acolhemos uma construção genuína e construtiva com ideias e perspectivas diversas sobre comida e produção agrícola. [No entanto] este não é um verdadeiro diálogo. É um

evento encenado, um julgamento paródico em que críticos antiagricultura, tecnologia e Monsanto interpretam os organizadores, juiz e júri, e onde o resultado é pré-determinado”, disse ao Guardian a diretora de Direitos Humanos da Monsanto, Martha Burmaster.

A Monsanto, que foi comprada pela empresa farmacêutica e de bioquímica Bayer em setembro, produz sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos, como o glifosato — agrotóxico mais usado no Brasil, mas proibido em alguns países.

Comissão Mista de Orçamento aprova emenda de R\$ 108,5 milhões para o Incra. INCRA, 20/10/2016.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou nesta quarta-feira (19/10) o mérito da emenda ao Projeto de Lei Orçamentária para 2017 destinando R\$ 108,5 milhões para o Incra. Os recursos se destinam à aquisição de imóveis rurais para a criação de novos de assentamento. Segundo o presidente da autarquia, Leonardo Góes, a decisão da comissão representa bem mais que um reforço financeiro para a implementação das políticas de reforma agrária. Para ele, a aprovação da emenda sinaliza o reconhecimento pelos parlamentares da importância estratégica do Incra.

“Nos últimos meses, o Incra realizou um trabalho de sensibilização de deputados e senadores sobre a importância da destinação de recursos do Orçamento para a reforma agrária. Os parlamentares encamparam a ideia e se mobilizaram para apresentar emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2017. Agora, colhemos os frutos dessa articulação”, explica o presidente do Incra.

Após o reconhecimento do mérito, a Comissão definirá se o valor proposto pela emenda será aprovado de forma integral ou parcial. A perspectiva é de que a decisão saia até a próxima quinta-feira (27/10).

Alckmin confirma economista ligado a ruralistas como diretor da Fundação Florestal. Giovana Giradi. O Estado de São Paulo, 20/10/2016.

Foi designado para o cargo o economista Eduardo Soares de Camargo, que já foi consultor e diretor da Associação Brasileira do Agronegócio e diretor-executivo da Sociedade Rural Brasileira

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) designou nesta quinta-feira, 20, o economista Eduardo Soares de Camargo, para a diretoria-executiva da Fundação Florestal (FF). A decisão, que havia sido [antecipada](#) por este blog no último sábado, foi publicada no Diário Oficial do Estado.

Camargo é mais uma pessoa ligada a [ruralistas](#) a assumir um cargo na Secretaria de Meio Ambiente. Ele foi consultor e diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e diretor-executivo da Sociedade Rural Brasileira (SRB). Seu nome foi indicado pelo Conselho Curador da Fundação Florestal como favorito em uma lista tríplice que incluía também Diogo Ticy e Roberto Germanos.

Os três nomes foram indicados pelo secretário de Meio Ambiente, Ricardo Salles. Ticy atuou na Secretaria Particular de Alckmin quando Salles foi o secretário. Foi também candidato a deputado estadual em 2010, pelo PP, partido ao qual Salles também é filiado. Já Germanos é advogado e faz parte do Movimento Endireita Brasil, fundado por Salles. Os dois são hoje assessores do gabinete do secretário.

Esta será a quarta pessoa a assumir o cargo de diretor da FF nos últimos dois anos. O órgão é responsável pela gestão das unidades de conservação do Estado, como os parques da Serra do Mar, de Carlos Botelho, Intervalos, Petar, onde estão os maiores remanescentes de Mata Atlântica do Estado. Essas unidades já há alguns anos vêm [enfrentado problemas](#).

Há duas semanas, o então diretor, Paulo Almeida, pediu demissão do cargo. Em entrevista ao Estadono dia 10 deste mês, Salles disse que Almeida era um bom profissional, mas não um gestor, característica que Salles diz estar em falta nas cadeiras da secretaria.

“A Fundação Florestal precisa de um gestor, ele é professor e entendeu que não teria o perfil que estamos procurando”, afirmou o secretário. Almeida foi procurado pelo Estado, mas não quis se pronunciar. Formado em direito, Almeida é professor do Programa de Pós graduação em Sustentabilidade e no curso de Bacharelado em Gestão Ambiental na USP Leste.

Em entrevista ao Estado no sábado (15), um dia depois de ter seu nome indicado pelo conselho da FF, Camargo disse que conhecia Salles havia “muitos anos”. O secretário foi diretor jurídico da SRB no período em que Camargo era o diretor executivo da instituição.

Disse que vai buscar incrementar parcerias e desenvolver a fundação. “Hoje há um viés muito ideológico e embora tenhamos muito técnicos de altíssima competência, o secretário quer uma articulação maior, quer desenvolver, quer tirar a fundação da zona de conforto, que às vezes mais trava mais do que empreende. Ele quer que os técnicos opinem, mas façam acontecer.”

Por parcerias ele se referiu aos processos de concessão das unidades de conservação para a iniciativa privada.”Vamos ouvir a parte técnica, respeitar as regras, mas, no que for possível fazer parcerias, vamos fazer.”

Questionado sobre qual sua experiência com ambiente e se não haveria conflito de interesses com o fato de ele ter trabalhado por cerca de 13 anos com ruralistas, disse que terá o desafio de “mostrar para a sociedade que os maiores defensores do ambiente são os produtores rurais”. “Essa imagem antiga de desmatador, explorador, a sociedade resiste em entender que mudou, mas acho que temos de mostrar o trabalho”, afirmou.

Mercado adquire 5,7 mil t de café dos estoques públicos. Site da CONAB, 21/10/2016

Todas as 5,7 mil toneladas de café arábica colocadas à venda nesta quinta-feira (20) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) foram comercializadas. O café, estocado em armazéns de Minas Gerais, foi comercializado por meio de dois leilões eletrônicos, com arrecadação total de R\$ 43,17 mi.

Estas ofertas regulares estão previstas até o final do ano e fazem parte da estratégia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para regulação do mercado interno, devido à elevação dos preços do produto. Técnicos da Companhia acompanham diariamente o comportamento do café no mercado.

Com mais estas duas operações, a quantidade total de café leiloado agora chegou a 708 mil sacas, com 60 Kg cada, o que equivale a 42,5 mil t. A quantidade restante, que deverá ser ofertada em novos leilões previstos até dezembro, é de 175 mil sacas ou 10,5 mil t.

‘Recuperar Rio Doce pode alavancar agenda nacional de restauração’. Giovana Giradi. O Estado de São Paulo, 24/10/2016.

Roberto Waack, presidente da Fundação Renova, criada para gerir os programas de reparação, restauração e reconstrução das regiões impactadas pelo rompimento da barragem de lama da Samarco, conta em entrevista ao Estado qual é o tamanho do desafio e como pretende lidar com ele

Com uma vasta experiência em resolver conflitos e fazer dois lados por muitas vezes opostos, como ruralistas e ambientalistas, chegarem a um denominador comum, o biólogo Roberto Waack assumiu talvez o maior desafio de sua carreira: lidar com o “um ano depois” do maior acidente ambiental do Brasil, o rompimento da barragem de lama da Samarco em Mariana (MG).

Waack, de 56 anos, é o presidente da Fundação Renova, organização independente criada para implementar os programas de reparação, restauração e reconstrução das regiões impactadas pelo rompimento da barragem.

O acidente, que completa um ano no próximo dia 5, deixou 18 mortos, um desaparecido e um rastro de destruição entre Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana (MG) onde ficava a barragem do Fundão, até a foz do Rio Doce, no litoral do Espírito Santo.

Originada após um termo de ajustamento de conduta entre a Samarco, com apoio das acionistas Vale e BHP Billiton, e os governos federal e estaduais de Minas Gerais e Espírito, além de diversos órgãos e agências federais e estaduais, a fundação vai gerir

uma verba de R\$ 11 bilhões com a missão de recuperar e compensar comunidades e recursos ambientais ao longo dos próximos dez anos.

À fundação cabe desde construir novas casas para as famílias desabrigadas a fazer planos de saneamento, reconstruir as cidades, recompor o agronegócio, restaurar fauna e flora, e cuidar da questão social, como fazer o cadastramento das vítimas para fins de indenização.

Para Waack, é uma oportunidade que vai além de resolver o estrago na região. “Acho que temos a possibilidade de alavancar uma agenda que vai muito além do Rio Doce, que é nacional”, disse em entrevista ao Estado.

Ele se refere à necessidade de restaurar a vegetação das propriedades rurais ao longo do rio, como uma forma de ajudar a recuperar o corpo d’água que foi tomado pela lama. Replanteio de florestas desmatadas ilegalmente e de matas ciliares é também uma exigência do Código Florestal e uma das metas mais difíceis que o Brasil assumiu junto ao Acordo de Paris, de combate às mudanças climáticas: restaurar 12 milhões de hectares.

Waack acredita que a partir do momento em que se conseguir recuperar as margens do Rio Doce, será possível ganhar escala para tomar medidas similares em outros cantos do Brasil.

E esse modelo de gestão da crise, também espera ele, poderá servir de exemplo para desastres naturais que o Brasil possa vir a enfrentar no futuro.

Veja a seguir alguns trechos da entrevista.

A Fundação Renova assume o trabalho de compensação e restauração quase um ano depois do acidente com quais desafios? Temos três agendas prioritárias. Uma é emergencial: tem de tirar a lama do rio, terminar a contenção, construir novos diques, continuar a dragagem. Cerca de 1/4 da lama desceu o rio, mas 3/4 ainda estão na região, a até 100 km do local de origem. Tem de dar um destino para ela. Essa é uma frente de engenharia, de curto prazo, que termina no meio do ano que vem. A segunda é uma frente de inteligência, que é como lidar com a restauração do rio inteiro, recompor pesca, etc. É um campo de fronteira de conhecimento sobre como é que se restaura, e de conexão com a sociedade que mora ali, com o agronegócio, com o pequeno e o médio produtor, que sempre teve problema em atender o Código Florestal e agora se questiona: ‘só porque teve a ruptura da barragem agora eu vou ter de fazer isso?’. O terceiro grande desafio é o de governança. São 39 municípios, dois Estados, a federação com o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais), o Instituto Chico Mendes (de Conservação da Biodiversidade), a Funai, o DNPM (Departamento Natural de Produção Mineral), o Ministério Público, os tribunais de contas, a Agência Nacional de Águas. Todo mundo interessado em soluções, com a expectativa de usar esse recurso, mas esse recurso não pode ser mal gasto.

Qual deles é o mais difícil? Não me assusta o primeiro, acho que a engenharia vai dar conta. O desafio da governança é monstruoso e acho que é o mais difícil. Mas se der certo vai ser um exemplo emblemático de restauração não só de um desastre causado pelo homem, mas para desastres ambientais que vêm pela frente, que a gente sabe que vai ter. Por exemplo, se depois do acidente de Petrópolis e Teresópolis (deslizamentos de terra após fortes chuvas em 2011) tivesse tido um modelo de gestão, não teria acontecido o que aconteceu, que o dinheiro sumiu e hoje continua do mesmo jeito que era antes do acidente. O desafio da restauração é parecido com o que estamos trabalhando na Coalizão (Brasil, Clima,

Florestas e Sociedade, da qual Waack é um dos líderes e reúne mais de 130 organizações da sociedade civil e do setor produtivo). Tem a ver com conciliar, ouvir, envolver o agronegócio, exatamente o desafio da coalizão, com a diferença que tem o recurso, que é uma diferença substancial. O produtor só vai fazer isso se perceber que vale a pena do ponto de vista econômico. Esse repertório é o meu mundo.

É aí onde eu aposto e onde eu sonho. Ter uma organização com um recurso que não existe hoje no Brasil para cumprir a meta de recompor 12 milhões de hectares e a gente ainda não conseguiu convencer o mainstream econômico de que vale a pena investir nisso. Aí tem a possibilidade de alavancar uma agenda que vai muito além do Rio Doce, que é uma agenda nacional.

R\$ 11 bilhões serão suficientes para tantas ações? É o orçamento que temos. A fundação foi criada para garantir que esse recurso vai ser alocado da maneira mais eficiente possível do ponto de vista de custo, de prazo e de tecnologias usadas. Usar tecnologias mais avançadas, sustentáveis, é uma das regras do jogo. Então se é para fazer uma cidadezinha nova, vamos fazê-la com o que tem de mais moderno em termos de baixo carbono? Que seja autossuficiente em geração de energia, com todo o sistema de mobilidade, tratamento de efluente, coleta de água. Essa é a oportunidade.

A Samarco teve de adotar várias ações ao longo desse ano. Qual é a situação que vocês encontraram?

O esforço da Samarco foi emergencial, e emergencial pressupõe coisas que vão dar certo e coisas que não. A partir desse momento, a Fundação vai começar a ajustar essas coisas, absorver parte importante dessas ações começar a dar o tom de longo de prazo. Por exemplo, as indenizações. Foi feito um cadastro emergencial, com 8 mil pessoas, foi criado um cartão e essas pessoas começaram a receber o dinheiro, imediatamente. Esse cadastro não é perfeito. Já estamos vendo isso. Muita gente que está lá e não devia e muita gente que devia estar lá e não está. Agora a Fundação está fazendo um cadastro mais consistente, mais abrangente, que vai levar um tempo para ser terminado, para as indenizações de longo prazo. Na emergência se deu um cartão de, sei lá, mil reais por mês. 'Não sei se você tinha 5 ou 50 bois, mas está aqui mil reais.' Mas agora começa a olhar: tinha 50 bois, 30 morreram, seu pasto foi embora, esse é um processo que vai levar mais tempo. Devemos chegar a 20 mil cadastrados. Tem a questão dos tributários, que depois depois do acidente, virou tudo mar de lama. Na emergência, a empresa foi lá e abriu um canal para resolver a erosão, devolver o curso da água, mas sem pensar como era o trajeto, as curvas. Agora a gente vai ter de reencontrar o lado mais natural do desenho do rio. Temos de terminar as ações emergenciais, estamos contratando planos diretores, por exemplo, para saneamento básico e temos muitas frentes de diagnóstico e de articulação, para entender como serão as ações de futuro. A questão dos reassentamentos está avançando, a realocação da cidade já foi decidida, com participação das pessoas. Agora tem uma discussão de como vai ser a cidade, onde vai ser a igreja, a praça, a escola, isso tudo está sendo discutido.

O que o senhor acha que poderia ter sido feito diferente desde o começo? A relação social, a forma como feito o diálogo. A conexão com o indivíduo impactado, a voz dele em todo o processo. Talvez pudesse ter sido feita de maneira diferente. Havia ali um monte de gente em uma situação terrível, um drama pessoal que a gente nem consegue imaginar, e ao mesmo tempo as soluções sendo feitas com a prefeitura, com a defesa civil. Há muitas críticas de que a comunidade não foi ouvida. Não sei se (a empresa) não ouviu, acho que até ouviu, mas talvez devesse ter sido feito de um modo diferente. Mas se

perguntar como, naquela situação, não sei se faria diferente. A conexão com o indivíduo, o micro... talvez eu desse mais atenção a isso que ao poder instalado. E daria muito mais envolvimento a sociedade civil logo de cara. Que é onde acho que há mais chance de ter soluções menos erradas. Não vou dizer certas, não.

Mas num primeiro momento, as ONGs ambientalistas foram criticadas por demorem a se manifestar, rolou uma saída justa. Justíssima, mas acho que isso ocorreu porque rolou uma confusão. Havia duas pontas, uma mais ativista, que queria bater na cabeça de quem causou o problema, e uma outra ponta que queria solucionar o problema de quem sofreu e acho que todo mundo se embaralhou nessa história. Porque uma coisa é dizer: ‘Você, empresa, fez tudo errado’. E numa situação de confronto isso às vezes impede que a organização olhe para a solução. Sendo que a solução necessariamente passa por uma parceria com quem causou o problema, porque é ela que tem o recurso, conhece a região, tem os equipamentos. É difícil mesmo. Participar da solução não significa estar alinhado com quem causou o problema, mas é um conflito de interesse mal resolvido em várias organizações.

Na cabeça do ativista passa uma dúvida: ‘Vou trabalhar com dinheiro da empresa para a solução?’ Bom, é... Porque é esse o dinheiro que tem. Isso deu um nó na cabeça dos ativistas e para mim também é um nó. As pessoas perguntam: ‘Você vai se aliar a isso?’ Vou. Mas não é fácil. Mas tenho claro que o lado da fundação é o lado da solução, da reconstrução.

Nas semanas após o acidente, centenas, talvez milhares de pessoas comuns, pequenas ONGs foram para a região do Rio Doce dispostas a fazer alguma coisa. A fundação pretende integrar essa mobilização de algum modo? Acho que toda a história da ruptura da barragem tem um quê de gatilho, de mobilização, de as pessoas falarem: preciso fazer alguma coisa. E isso vai desde jogar pedra na Samarco, na Vale, ou ir lá ajudar a tirar lama, alguma coisa as pessoas sentiram que precisavam fazer. Acho que as pessoas não conseguem mais simplesmente ignorar. Acho que integrar isso é fundamental. O centro, claro, é o indivíduo, a pessoa que sofreu, depois vem o entorno dele, as pequenas organizações que o cercam, como a associação de bairro, a associação de pescador, onde ele participa e onde consegue fazer eco a seu pedido. O terceiro são as organizações da sociedade civil que dão suporte para essas pequenas, porque elas bebem em fontes de tecnologia, de processos, então precisamos que estejam envolvidos justamente pela geração de conhecimento. O indivíduo e as pequenas organizações do entorno têm foco em execução. Sem passar por elas, ninguém – nem a fundação, nem ONG, nem governo – tem licença para entrar ali. O indivíduo é central, ele tem que querer fazer isso, mas como fazer está mais ou menos no terceiro nível. E num quarto nível vem governo. A ideia é inverter a pirâmide. Após o acidente, as ações começaram por esse nível, de tentar resolver primeiro com o governo, até chegar ao indivíduo. E a fundação opera de uma forma contrária. É mais complexo, mas achamos que é mais eficiente. Não adianta chegar na cidade falando que vai recuperar 3 mil hectares de floresta, de cima para baixo. O ponto de partida tem de ser o indivíduo. O que significa que vai levar mais tempo, precisar de mais paciência, mas acho que para ter legitimidade, não tem outra alternativa. E eficiência no longo prazo é isso.

É um desafio enorme diante de um problema dramático. O que fez o sr. aceitar isso? Por que eu entrei? Ah, pelo amor de Deus, é legal! Se vai dar certo não sei, espero que dê.

Incra convoca agricultores para regularizar situação em assentamento da regional do DF e Entorno. Site do INCRA, 25/10/2016.

A Superintendência Regional do Incra no Distrito Federal e Entorno divulgou editais de notificação de beneficiários com indícios de irregularidades em projetos de assentamentos na sua jurisdição.

As famílias notificadas têm prazo de 15 dias consecutivos, contados a partir da publicação dos editais no portal da regional em <http://www.incra.gov.br/df-entorno>, para apresentarem defesa ao Incra. A manifestação deve ser protocolada na Sala da Cidadania, no endereço SGON - Quadra 05, Lote 01, Via 60 A - Brasília (DF). Mais informações pelo telefone (61) 3462-3938.

Pobreza rural atinge 60 milhões de pessoas na América Latina, diz OIT. Site do MST, 30/10/2016

A taxa de pobreza rural atinge 46,2% da população da América Latina e do Caribe, informou no dia 20 a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ela afeta 60 milhões de pessoas no campo. A taxa de pobreza urbana nessa região é de 23,8%.

A agência da Organização das Nações Unidas (ONU) informa que 56% dos 52 milhões de trabalhadores rurais caribenhos e latino-americanos estão em situação de vulnerabilidade (salários baixos, pobreza, poucas proteções sociais) nas áreas rurais. O dobro do constatado nas áreas urbanas, 27%.

O diretor-regional da OIT para a América Latina e Caribe, José Manuel Salazar, disse que as zonas rurais recebem menos investimentos públicos e privados em infraestruturas produtivas e sociais.

A cobertura de saúde da população rural, de 37%, também é menor que a observada nas cidades, que têm um índice de 56%. No caso da aposentadoria, o acesso nas áreas rurais é de 26,5%, contra 56,3% nas áreas urbanas. O desemprego urbano nos 14 países analisados (7,6%), porém, é maior que o desemprego rural, de 3,1%.

O estudo da OIT diz que em alguns países a multa para empresas que não pagam o salário mínimo são tão baixas que convém economicamente a elas pagar as multas em vez dos

salários. “Há indicações de que este fenômeno é bastante generalizado na região”, diz o relatório.

O Brasil é definido como uma economia rural em transição. O país tem uma das maiores taxas da região (48,5%) de trabalhadores rurais que dizem trabalhar “por conta própria”. Outros 28,6% são assalariados privados. E a porcentagem dos que se declaram empregadores – ainda no que se refere ao campo – é uma das menores entre os países analisados: de apenas 1,6%.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa